# UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

# Progep

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas



# Aposentadoria Voluntária

https://progep.ufes.br/aposentadoria-volunt%C3%A1ria

# Versão de impressão

## Definição

Passagem do servidor da atividade para a inatividade, de forma voluntária, em virtude de ter implementado os requisitos exigidos constitucionalmente, com base na legislação então vigente, preservada a opção pelas regras antigas, de transição e geral, quando couber.

Tipo Documental: Processo Digital

Assunto: Em "vocabulário controlado" pesquise por "Aposentadoria".

Ou

Seleção de assunto:
Assunto nível 1
Administração Geral
Assunto nível 2
Pessoal
Assunto nível 3
Previdência, assistência e seguridade social
Assunto nível 4
Benefícios
Assunto nível 5
Aposentadoria

# Requisitos Básicos:

## 1. Regra Geral

Art. 10 da Emenda Constitucional nº 103/2019		
	Exigências para Homem	Exigências para Mulher
Idade mínima	65	62
Tempo de contribuição total	25	25
Tempo de efetivo exercício no	10	10
serviço Público		
Tempo no cargo	5	5

**Observação:** No caso de professor EBTT a idade mínima diminui em 5 anos.

a) O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a **60%** da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com **acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição.** 

## 2. Regra de transição - Sistema de Pontos:

Art. 4º da Emenda Constitucional nº 103/2019		
	Exigências para Homem	Exigências para Mulher
Idade mínima	61 (62, a partir de 1º/1/2022)	56 (57, a partir de 1º/1/2022)
Tempo de contribuição total	35	30
Tempo de serviço Público	20	20

Tempo no cargo	5	5
Somatório de Idade+Tempo de	97	87
contribuição		

Observação: No caso de professor EBTT todas as exigências diminuem em em 5 anos/pontos.

- a) A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.
- b) O servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31/12/2003 e que não tenha feito a opção pelo regime complementar de previdência (Art. 40, §§ 14 a 16 da Constituição Federal), desde que se aposente aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, terá direito à totalidade da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do Art. 4º da EC 103/2019 e à paridade;
- c) O valor do benefício de aposentadoria dos servidores não enquadrados no item acima descrito, corresponderá a 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotadas como base para contribuições ao RPPS e ao RGPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição. Essa média será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do RGPS Teto do INSS para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime complementar de previdência (vigência a partir de 4/2/2013) ou que tenha exercido a opção por esse regime.
- 3. Regra de transição Sistema de Pedágio (Período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor da EC 103/2019, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição exigido 35 anos, se homem e 30 se mulher):

Art. 20 da Emenda Constitucional nº 103/2019		
	Exigências para Homem	Exigências para Mulher
ldade mínima	60	57
Tempo de contribuição total	35	30
Tempo de serviço Público	20	20
Tempo no cargo	5	5
Pedágio	100%	100%

Observação: No caso de professor EBTT a idade mínima e o tempo de contribuição diminuem em 5 anos.

- a) O servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até 31/12/2003 e que não tenha feito a opção pelo regime complementar de previdência, terá direito à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, observado o disposto no § 8º do Art. 4º da EC 103/2019 e à paridade (Art. 20, § 3º, I da EC 103/2019);
- b) O servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo a partir de 31/12/2003 e antes da implantação do regime complementar de previdência (vigência a partir de 4/2/2013) e que não tenha feito a opção por esse regime, terá como valor de referência para os proventos de sua aposentadoria a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para contribuições ao RPPS e ao RGPS, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 100% da média aritmética informada. Essa média será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do RGPS –Teto do INSS para o servidor público que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime complementar de previdência (vigência a partir de 4/2/2013) ou que tenha exercido a opção por esse regime. Os proventos serão reajustados nos termos estabelecidos para o RGPS.
- **4. Direito adquirido** (É assegurada a concessão de aposentadoria integral, a qualquer tempo, aos servidores que ingressaram até 31/12/2003 e que tenham cumprido os requisitos até 12/11/2019 com base nos critérios da legislação e do regime previdenciário vigentes à época, preservada a opção pela regra mais vantajosa:

REGRAS	REQUISITOS E CRITÉRIOS	BENEFÍCIO
Art. 6º EC 41/2003 Servidores admitidos até 31.12.2003	Idade mínima: 60 (H) e 55 (M)     Tempo de Contribuição: 35 (H) e 30 (M)     Tempo no Cargo da Aposentadoria: 5 anos     Tempo na Carreira da Aposentadoria: 10 anos     Tempo de Serviço Público: 20 anos     Forma de reajuste: Paridade Total     Contribuição de Inativo: Sofrerão descontos previdenciários somente dos valores que ultrapassem o teto de benefícios do RGPS/INSS.	Direito ao Abono     Permanência     Provento: Remuneração do cargo efetivo e paridade em relação aos servidores em atividade.
Art.3º da EC 47/2005 Servidores admitidos até 16.12.1998	Tempo de Contribuição: 35(H) e 30 (M); Tempo no Cargo da Aposentadoria: 5 anos Tempo na Carreira da Aposentadoria: 15 anos Tempo de Serviço Público: 25 anos Idade mínima resultante da redução em 1 (um) ano relativa a 60 anos (H) e 55 (M) para cada ano que exceder o tempo de contribuição previsto (35/30). Forma de reajuste: Paridade Total Contribuição de Inativo: Sofrerão descontos previdenciários somente dos valores que ultrapassem o teto de benefícios do	Permanência Provento: Remuneração do cargo efetivo e paridade em relação aos servidores em atividade.
Art. 2º da EC 41/2003 Regra de transição para servidores admitidos até 16.12.1998	RGPS/INSS.  Idade mínima: 53 (H) e 48 (M)  Tempo de Contribuição: 35 (H) e 30 (M) Período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que faltaria para atingir o limite de tempo de contribuição acima previsto na data de publicação da EC n° 20/98;  Tempo no Cargo da Aposentadoria: 5 anos Contribuição de Inativo: Sofrerão descontos previdenciários somente dos valores que ultrapassem o teto de benefícios do	Direito ao Abono de Permanência     Provento: calculado segundo Lei nº nº10.887/2004. Média aritmética de 80% das maiores remunerações (todas as parcelas que serviram de parâmetro para o cálculo do PSS, apurados no período de julho de 1994 até a efetivação do ato).

	RGPS/INSS	1
Art. 40 CF, com redação EC 41/2003 Servidores admitidos no período de 01/01/03 a 03/02/13	<ul> <li>Idade mínima: 60 (H) e 55 (M)</li> <li>Tempo de Contribuição: 35 (H) e 30 (M)</li> <li>Tempo no Cargo da Aposentadoria: 5 anos</li> <li>Tempo na Carreira da Aposentadoria: 10 anos</li> <li>Contribuição de Inativo: Sofrerão descontos previdenciários somente dos valores que ultrapassem o teto de benefícios do RGPS/INSS</li> </ul>	Permanência Provento: calculado segundo Lei nº nº10.887/2004. Média aritmética de 80% das maiores remunerações (todas as parcelas que serviram de parâmetro para o cálculo do PSS, apurados no período de julho de 1994 até a efetivação do ato).
Art. 40, §14 CF, com redação EC 41/2003 e Lei 12.618/2012 Regra geral para servidores admitidos a partir de 04/02/13	<ul> <li>Idade mínima: 60 (H) e 55 (M)</li> <li>Tempo de Contribuição: 35 (H) e 30 (M)</li> <li>Tempo no Cargo da Aposentadoria: 5 anos</li> <li>Tempo na Carreira da Aposentadoria: 10 anos</li> </ul>	Permanência Provento: calculado segundo Lei nº nº10.887/2004. Média aritmética de 80% das maiores remunerações (todas as parcelas que serviram de parâmetro para o cálculo do PSS, apurados no período de julho de 1994 até a efetivação do ato). Limitado ao teto do RGPS. Isenção contribuição ao PSS

## Documentação necessária para instruir o processo

- 1. Requerimento de Aposentadoria Voluntária;
- 2. Documento de identificação;
- 3. Diploma de Ensino médio, Técnico profissionalizante, Graduação, Especialização, Mestrado ou Doutorado (o qual originou a concessão do incentivo à qualificação ou retribuição por titulação);
- 4. Nada consta da Seção de Procedimentos Disciplinares (SPD/GR) de que o servidor não responde PAD (Processo Administrativo Disciplinar). O nada consta tem validade de 45 dias.
- Nada consta da Biblioteca Central. O NADA CONSTA DEVERÁ SER DATADO DO MÊS ANTERIOR AO DA PUBLICAÇÃO APOSENTADORIA
- 6. Declaração de Acumulação de cargos ou Declaração de não Acumulação de cargos;
- Nada Consta (aposentadoria) do INSS (Apenas para servidores que ingressaram antes de 11.12.1990);
- 8. Autorização de acesso ao Imposto de Renda Pessoa Física através do SouGov.

## **Formulários**

Formulário de requerimento (PDF)

Formulário de requerimento (DOCX)

Declaração de acumulação de cargos ou Declaração de não acumulação de cargos

Declaração de Recebimento de Pensão

## Setor responsável

Seção de Aposentadorias e Pensões (SAP/DGP/Progep)

Telefone: (27) 4009-2045

Email: sap.dgp.progep [at] ufes.br (subject:

D%C3%BAvida%20-%20Manual%20do%20Servidor%20-%20Aposentadoria%20Volunt%C3%A1ria)

#### Informações gerais

- 1. A aposentadoria voluntária vigorará a partir da publicação do respectivo ato no Diário Oficial da União, devendo o servidor aguardá-la em exercício (Art. 188 da Lei 8.112/90).
- 2. A legalidade dos atos de aposentadoria constitui objeto de apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), em conformidade com o Art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988.
- 3. A regra geral informada será aplicada, obrigatoriamente, aos servidores que ingressaram no serviço público a partir de 13/11/2019, bem como aqueles servidores que embora tenham ingressado em data anterior, não cumpriram qualquer uma das regras de transição.
- 4. Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- 5. Com exceção dos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar, é vedada a concessão de aposentadoria com adoção de requisitos e critérios diferenciados.
- 6. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.
- 7. Não se admite qualquer forma de contagem de tempo fictício.
- 8. Os períodos de licença-prêmio adquiridos e não gozados serão computados em dobro para fins de aposentadoria, caso o servidor opte pelo computo.
- 9. Não haverá arredondamento da contagem de tempo para aposentadoria.
- 10. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social. (Art. 40, § 6º da Constituição Federal).
- 11. É proibida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração, observado, em qualquer caso, o limite estabelecido na Constituição pela percepção cumulativa ou não da remuneração, proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, que não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- 12. Os adicionais de insalubridade, de periculosidade e de atividades penosas não se incorporam aos proventos de aposentadoria.
- 13. Aos servidores admitidos antes de 12/12/1990, submetidos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, e que tenham prestado atividades insalubre, penosa ou perigosa, inclusive operação de Raios X e substâncias radioativas, é assegurada contagem de tempo especial, aplicando- se os seguintes fatores de conversão:

Para homem: 1,4
 Para mulher: 1,2

- 14. O período de tempo apurado a partir da conversão do tempo especial para comum será considerado apenas para fins de aposentadoria e abono de permanência.
- 15. Os aposentados têm direito ao saque integral do PIS/PASEP e do FGTS, se optantes. Assim, caso o aposentado tenha contribuído para o Programa PASEP até 04 de outubro de 1988 e ainda não tenha resgatado o saldo junto ao Fundo PIS-PASEP, poderá ter direito ao saque de sua conta individual (cota). Para informações sobre o saldo, deverá comparecer no Banco do Brasil, que é o agente administrador do PASEP, munido dos documentos pessoais e da portaria de aposentadoria. A portaria de Aposentadoria poderá ser retirada na Seção de Atendimento e Recadastramento da Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas, após 2 (dois) dias úteis da sua publicação, sendo expedida ao endereço do interessado depois 30 (trinta) dias.
- 16. Os servidores que ingressaram no serviço público antes de 11.12.1990 e que forem solicitar aposentadoria é obrigatório declaração que NÃO CONSTA do INSS benefícios ativos, ou seja, que não percebem aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência ". A declaração pode ser obtida em qualquer agência do INSS, ou pelo Meu INSS: <a href="https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meu-inss/">https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meu-inss/</a>.
- 17. De acordo com o § 5º, inciso II, do artigo 201 da Constituição Federal é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- 18. No ano que pretende solicitar aposentadoria orientamos que o servidor analise a data de ingresso na Ufes ou no serviço público (caso tenha vindo de vacância) para decisão acerca de usufruto ou não de férias no ano da aposentadoria. A data de ingresso consta da Ficha de Qualificação Funcional disponível no Portal do Servidor da Ufes em: <a href="www.servidor.ufes.br">www.servidor.ufes.br</a>(link is external). Reforçamos que a partir do 1º dia útil do ano é orientada/possibilitada/permitida a marcação de férias daquele ano. Caso opte por não marcar férias no ano da aposentadoria, receberá férias indenizadas (integralmente) apenas caso complete mais um ano de efetivo exercício (considerando a data de ingresso no serviço público, e/ou na Ufes).

Para fins de exemplificação:O servidor que ingressou em 27/12/XX:

Período aquisitivo atual: 27/12/2021 a 26/12/2022

- A. Se completou o período aquisitivo e não usufruiu férias antes de se aposentar: receberá o proporcional e/ou integral a depender da data de aposentadoria (01/12 avos ... até ... 12/12 avos);
- B. Se antes de se aposentar usufruiu férias e não havia completado o período aquisitivo: haverá o desconto proporcional aos dias usufruídos e não trabalhados.

## Previsão legal

- 1. Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.
- 2. Lei nº 8.112, de 11/12/1990. (Art. 188)
- 3. Art. 40, III e parágrafos, Constituição Federal de 1988;
- 4. Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/99;
- 5. Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003;
- 6. Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005;
- 7. Art. 186, III e 188 a 195 da Lei nº 8.112, de 11/12/90;
- 8. Lei Complementar n° 26/75, 11/09/75;
- 9. Medida Provisória nº 831, de 18/01/95;
- 10. Instrução Normativa SEAP nº 01, de 17/02/99;
- 11. Instrução Normativa SEAP 05, de 28/04/99;
- 12. Orientação Normativa nº111, de 1991);
- 13. Orientação Normativa DRH/SAF nº 38, de 1991;
- 14. Orientação Normativa DRH/SAF 63, de 1991;
- 15. Orientação Normativa DRH/SAF 91, de 1991;
- 16. Orientações Normativas DRH/SAF 103 e 104, de 1991;
- 17. Orientação Normativa 10, de 1999;
- 18. Orientação Normativa 10, DRH/SAF, de 01/10/99 (DOU 04/10/99); 17. Parecer SAF/DRH n° 87, de 05/03/92 (DOU 23/03/92);
- 19. Parecer 347/92 DRH/SAF de 25/08/92;
- 20. Ofício Circular n° 43, de 17/10/96, MARE (D.O.U. 11/12/97); 21. Decisão 321/97, 1ª Câmara TCU, Ata 43/97, de 02/12/97;
- 22. Decisão nº 337/94 TCU (D.O.U. 15/12/94);
- 23. Súmula nº 245, TCU;
- 24. Orientação Normativa nº 07/2007; 24. Lei nº 6.786, de 1980
- 25. Nota Informativa SEI nº 1/2019/CONOR/CGNAL/SRPPS/SPREV-ME
- 26. Nota Informativa SEI nº 2/2019/CONOR/CGNAL/SRPPS/SPREV-ME
- 27. Nota Informativa SEI nº 3911/2020/ME
- 28. Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 12/2022

Última atualização: 08/08/2025

Última atualização das informações: 08/08/2025 - 14:44

Documento gerado em: 29/10/2025 - 22:06